

As pressões norte-americanas para a utilização da base das Lajes durante a Guerra do Yom-Kippur (1973)

As pressões diplomáticas e as ameaças veladas dos nossos aliados, por causa da utilização das instalações militares dos Açores, não constituíram um fenómeno isolado no contexto da 2.ª Guerra Mundial. Um outro significativo episódio iria ocorrer, mais próximo dos nossos dias, durante a **Guerra do Yom-Kippur** (Outubro de 1973).

Estava então pendente, há longos meses, um pedido de Portugal aos EUA para o fornecimento de mísseis terra-ar “*Red-Eye*”, material cuja necessidade decorria de notícias que davam como altamente provável que, na Guiné, viessem a ser empregues meios aéreos contra as forças portuguesas. Mas o pedido havia sido recusado, invocando legislação aprovada pelas duas câmaras do Congresso, especificamente para serem aplicadas a Portugal.

É, pois, particularmente frio, nessa altura, o relacionamento entre os dois países. Assim, quando o ministro dos Negócios Estrangeiros de então, Rui Patrício, é abordado pelo encarregado de negócios da embaixada americana, Richard Post, no sentido de Portugal autorizar a aterragem, na base das Lajes, de aviões de carga que transportam equipamento militar para Israel, a resposta inicial é negativa. Aliás, na linha de igual reserva de neutralidade que a maioria dos países europeus (incluindo a Espanha) adopta, face ao legítimo temor de que os países árabes, produtores de petróleo, reajam com um embargo ao fornecimento da preciosa fonte de energia.

Face à recusa portuguesa, o governo americano volta a insistir no pedido, agora de forma mais *persuasiva*. O governo português, perante a insistência, julga ser o momento de exigir algo em troca. Resumidamente, pelo governo de **Marcello Caetano** são colocadas as seguintes condições para a satisfação do pedido:¹

- Garantias de auxílio em caso de retaliações;
- Garantias sobre a não aprovação de legislação antiportuguesa pelo Congresso dos EUA;
- Garantia de maior tolerância relativamente à política portuguesa no ultramar;
- Execução escrupulosa do acordo sobre os Açores;
- Fornecimento dos mísseis *Red-Eye*.

A réplica americana, dirigida ao chefe do governo português, chega no dia seguinte e é bem o tipo de “*proposta irrecusável*”:

“Caro Senhor Primeiro-Ministro: Este é um momento difícil para a paz mundial e para as relações entre Portugal e os Estados Unidos. O que nós estamos a fazer visa contribuir para o fim das hostilidades e para uma paz durável no Médio Oriente, mas precisamos da vossa cooperação. O nosso encarregado de negócios explicou o que requeremos. Não podemos estar agora a regatear convosco na base de hipotéticos resultados que poderão advir da vossa cooperação. Não podemos providenciar-vos as armas específicas pedidas pelo vosso Ministro dos Negócios Estrangeiros. Se forem ameaçados pelo terrorismo ou por um boicote de petróleo em resultado da vossa ajuda à paz mundial, estaremos dispostos a consultas bilaterais sobre as medidas que juntos poderemos tomar. Eu ficarei muito grato pela sua reflexão pessoal e cuidadosa acerca do que lhe exponho e do nosso problema comum. Sabe que o tempo é importante para ambos. Devo dizer-lhe com toda a franqueza, senhor Primeiro-Ministro, que a sua recusa em ajudar neste momento difícil forçar-nos-á a adoptar medidas cujos efeitos não podem ser outros senão os de melindrar a nossa relação. Se tivermos de procurar rotas alternativas, isso será um factor a recordar caso as contingências a que se

¹ A contraproposta portuguesa foi enviada para a embaixada portuguesa, em Washington, ao fim da tarde de 12.10.73, sexta-feira.

refere o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros² se verificarem. Faço-lhe este pedido a si, pessoalmente, senhor Primeiro-Ministro. As melhores saudações. Sinceramente. Richard Nixon.”³

A resposta do governo português, enviada para Washington ao começo da noite do mesmo dia (sábado, 13 de Outubro), quando os primeiros aviões americanos já vinham no ar, é do seguinte teor:

“Caro senhor Presidente: Recebi a sua mensagem e fará ideia da enorme responsabilidade que a resposta implica para mim numa ocasião em que me é impossível consultar os representantes dos órgãos constitucionais do país ou até os meus conselheiros pessoais e em pleno período eleitoral. Por outro lado, o risco que a decisão implica obrigaria em rigor a consultar também os países com os quais temos pactos de defesa, nomeadamente a Espanha. Vejo porém que o seu apelo é formulado em termos de extrema necessidade e não quero forçá-lo às medidas violentas que ele deixa supor. Nessas condições, vou instruir o meu Governo no sentido de autorizar a passagem dos aviões americanos, confiado na palavra de Vossa Excelência em que o meu país não ficará sem defesa no caso de prováveis consequências graves desta decisão. Sinceramente. Marcello Caetano”.⁴

² O MNE português aludira à questão da possibilidade de a proclamação da independência das chamadas “zonas libertadas” da Guiné-Bissau poder levar a um pedido de admissão do novo Estado nas Nações Unidas.

³ Conforme publicado em “Os Americanos e Portugal”, de JOSÉ FREIRE ANTUNES, pp. 258-259.

⁴ Idem, p. 259.